

**A URGÊNCIA DE UM NOVO SISTEMA ALIMENTAR:  
AGROECOLÓGICO, FEMINISTA, CAMPESINO**

**THE URGENCY OF A NEW FOOD SYSTEM:  
AGROECOLOGICAL, FEMINIST, PEASANT ORIENTED**

**LA URGENCIA DE UN NUEVO SISTEMA ALIMENTARIO:  
AGROECOLÓGICO, FEMINISTA, CAMPESINO<sup>1</sup>**

**Janaina Strozake**

*Hegoa Universidad del País Vasco*

**Judite Strozake**

*FAIN/UFGD*

**Maria Gabriela Gullien Carias**

*FCH/UFGD*

**RESUMO**

Este artigo propõe o debate sobre o atual sistema agroalimentar e suas contradições, apresentando uma experiência significativa de cooperativismo no MST na construção de novos paradigmas sócio-produtivos, que inspira novas práticas sócio-metabólicas na relação entre ser humano e natureza, e entre seres humanos, indicando possíveis formas de superar a crise civilizatória do capital que estamos vivendo. Nele buscamos explicitar as experiências camponesas que buscam realocar o sistema alimentar, identificando as dificuldades enfrentadas no processo de estabelecimento de novas matrizes de produção, que técnicas organizacionais e de sociabilidade são desenvolvidas e que estratégias são elaboradas para superar as dificuldades impostas pelo modo de produção capitalista.

**Palavras-chave:** Cooperação agrícola, agroecologia, MST, sistema agroalimentar.

**ABSTRACT**

This article proposes a debate on the current agroalimentary system and its contradictions, presenting a significant experience of cooperativism within MST towards the construction of new socio-productive paradigms, which inspire new socio-metabolic practices in the relationship between human beings and nature in which the subordination of women is also contemplated, indicating possible ways to overcome the civilizational crisis of capital we are experiencing. In it we intend to specify peasant experiences that seek to relocate the food system, identifying the difficulties faced in the process of establishing new production matrices, which organizational and sociability techniques are developed and what strategies are devised to overcome the difficulties imposed by the capitalist mode of production.

---

<sup>1</sup> Algumas ideias aqui apresentadas são resultado das pesquisas da tese de doutorado de Janaina Strozake.

**Keywords:** Agricultural cooperation, agroecology, MST, agroalimentary system.

## RESUMEN

Este artículo propone un debate sobre el actual sistema agroalimentario y sus contradicciones, presentando una experiencia significativa del cooperativismo en el MST en la construcción de nuevos paradigmas socioproductivos, que inspira nuevas prácticas socio-metabólicas en la relación entre el ser humano y la naturaleza en la que además se contempla la subordinación de la mujer, indicando posibles caminos para superar la crisis civilizacional del capital que vivimos. En él pretendemos explicitar las experiencias campesinas que buscan reubicar el sistema alimentario, identificando las dificultades enfrentadas en el proceso de establecimiento de nuevas matrices productivas, qué técnicas organizativas y de sociabilidad se desarrollan y qué estrategias se desarrollan para superar las dificultades impuestas por el modo de producción capitalista.

**Palabras clave:** Cooperación agrícola, agroecología, MST, sistema agroalimentar.

## INTRODUÇÃO

Esta primeira metade do século XXI nos avoca a repetir questões ainda não decididas: reforma ou revolução, barbárie ou socialismo. Neste artigo recolocamos o debate sobre o desenvolvimento das forças produtivas e seu descolamento daquilo que podemos chamar desenvolvimento humano, posto que as diversas crises se repetem e se sobrepõem, conformando uma crise civilizatória (ORTIZ DE ZARATE, 2016). Esse debate se enfoca ao sistema alimentar e aos esforços de uma cooperativa do Movimento Sem Terra do Brasil (MST) – COPAVI – em existir e produzir alimentos e uma nova cultura, buscando a superação definitiva da fome entre a população humana.

As forças produtivas desenvolvidas até este patamar histórico da humanidade têm capacidade de alimentar toda a população mundial, não fosse pelas contradições geradas pelo modo de produção capitalista. É no mínimo intrigante que haja quase um bilhão de pessoas famintas ou que vinte e quatro mil pessoas morram todos os dias por falta de alimentos ou problemas relacionados à fome<sup>2</sup>; é como se uns oitenta aviões lotados caíssem todos os dias, sem que esse fato merecesse muito comentário na sociedade. Poderíamos dizer que é escandaloso ou ultrajante, mas precisamos de perspectivas que contribuam para fundamentar, inquirir, questionar, avaliar as ações propostas no combate à fome como fenômeno sócio-político. Que atores foram capazes de superar a estupefação e a ação individual e imaginar uma resposta viável para tal situação? A sociedade pode garantir

---

<sup>2</sup> Dados SOFI 2021: <https://www.fao.org/publications/sofi/2021/es/>

alimentos para todas as pessoas com algumas reformas no sistema agroalimentar do modo de produção capitalista ou tal desafio exige mudanças mais profundas? Diante da fome artificialmente fabricada com o objetivo de produzir mercadorias para a acumulação capitalista de uma determinada classe social no atual sistema agroalimentar, muitos coletivos populares – onde as mulheres têm um papel fundamental – estão conseguindo colocar em prática algumas propostas de agroecologia e soberania alimentar, cujos resultados atraem a violência das classes dominantes do agronegócio.

De fato, "uma 'crise agro-ambiental' nasce no momento em que a agricultura vem a ser organizada e desenvolvida através da destruição sistemática dos ecossistemas em que se baseia, ou contamina cada vez mais o meio ambiente em um sentido mais amplo" (PLOEG, 2010, p. 33). Esta agricultura destrutiva e artificializada é padrão na produção em cadeia, centralizada na indústria e controlada por algumas corporações transnacionais, tais como Bayer/Monsanto, Bunge, Cargill. Agronegócio é o nome dado a essa agricultura associada à indústria e ao capital financeiro, culminando em uma agricultura industrializada, onde o objetivo é o aumento da rotação do capital através da alteração dos ciclos naturais através de tecnologias, como os transgênicos.

De acordo com Jan D. Van der Ploeg, este processo tem uma agenda definida:

globalização, liberalização, uma distribuição completa de organismos geneticamente modificados (OGM) e a afirmação de que o mundo de hoje tem alimentos mais seguros do que nunca, são elementos-chave dessa agenda. Afirma-se também que esta mesma agenda inclui perspectivas promissoras para os agricultores pobres do Terceiro Mundo. Na realidade, a "agenda da industrialização" afirma que não há alternativa para uma maior industrialização. (PLOEG, 2010, p. 27).

Ou seja, a única maneira de produzir no campo seria aquela associada ao agronegócio e junto à monocultura, promove-se um modo de vida único e o monopensamento. Ploeg também chama a atenção para a especificidade da atual globalização, na qual a forma capitalista de relações sócio-econômicas está se expandindo para todas as partes do mundo, pelo mercado, incluindo a comoditização da produção agrícola. O comércio internacional de produtos agrícolas existe há séculos, mas "hoje os mercados globais de produtos agrícolas e alimentícios representam um novo fenômeno que tem um forte impacto sobre a agricultura, independentemente de sua localização". (PLOEG, 2010, p. 14).

Este artigo propõe o debate sobre o atual sistema agroalimentar e suas contradições, apresentando uma experiência significativa de cooperativismo na construção de novos paradigmas sócio-produtivos, que inspira novas práticas sócio-metabólicas na relação entre ser humano e natureza em que a subordinação da mulher também é contemplada, indicando possíveis formas de superar a crise civilizatória do capital que estamos vivendo. Nele buscamos explicitar as experiências camponesas que buscam relocalizar o sistema alimentar, identificando as dificuldades enfrentadas no processo de estabelecimento de novas matrizes de produção, que técnicas organizacionais e de sociabilidade são desenvolvidas e que estratégias são elaboradas para superar as dificuldades impostas pelo sistema.

A metodologia utilizada se baseia no materialismo histórico e dialético, localizando analiticamente ações coletivas e individuais nas estruturas capitalistas e patriarcais, entendendo que as pessoas fazem sua história, não como desejam, mas de acordo com as condições concretas historicamente herdadas, como escreveu Marx. Identificamos a situação da mulher na realidade em foco, assumindo nossa condição de mulheres camponesas feministas. Como Edward P. Thompson (2014) sugere, é importante ter clareza sobre o lugar de onde falamos e quais são nossos compromissos políticos, para que, sem esconder nossa identidade, possamos fazer a pesquisa o mais objetiva possível, conscientes das convicções políticas, sem neutralidade, porque a ciência pode e deve atender o projeto político da classe trabalhadora.

## **MATRIZES DE PRODUÇÃO E SISTEMAS DE ALIMENTOS: REVOLUÇÃO VERDE E AGROECOLOGIA**

A Revolução Verde surgiu e se expandiu na segunda metade do século 20 como um subproduto das guerras contemporâneas. A agricultura que dela resultou é chamada de "agricultura convencional". A aplicação do pacote tecnológico daquela revolução não foi a única proposta para aumentar a produção de alimentos no mundo, já que simultaneamente se consolidaram as pesquisas e práticas dentro da chamada Agroecologia, ou "agricultura ecológica".

Desde a Primeira Grande Guerra, ao final de cada conflito declarado entre as nações imperialistas, os vencedores se depararam com o problema do excedente de armas químicas e biológicas, fabricadas em grande escala a partir dos arranjos industriais que

garantiram o fornecimento de tais produtos para a guerra. É importante salientar que a ciência e a tecnologia adquiriram um papel instrumental nos processos de acumulação capitalista: os enormes avanços em termos de controle da natureza através da aplicação de conhecimento científico se realizaram em função do domínio de uma classe sobre outra, a serviço dos processos de exploração econômica e múltiplas opressões.

Por *múltiplas opressões* entendemos o funcionamento do sistema hierárquico associado ao modo capitalista de produção, como uma forma cultural daí derivada e ao mesmo tempo um sustentáculo do capitalismo, onde o branco está em posição superior em relação às outras etnias, o macho em relação à fêmea, o hétero em relação ao homo, a cidade em relação ao campo, o artificial em relação ao natural, etc. Essas múltiplas opressões são elemento fundamental para a manutenção, as vezes uma manutenção que ocorre como reinvenção, do sistema capitalista, contribuindo ao processo de alienação, em especial a alienação como o estranhamento da produtora frente seu produto.

A lógica de alienação tem como uma das suas principais características a articulação, cada vez mais estreita, entre acumulação de capital, ciência e tecnologia (STRUNZAK, 2017). Em consequência, a organização da sociedade capitalista passa por utilizar o conhecimento científico para atender os objetivos do capital industrial e financeiro, e suas necessidades de acumulação através de uma complexa malha institucional.

Não foi diferente no que respeita à produção em grande escala de insumos agrícolas como os agrotóxicos. A relação entre estes e o lixo de guerra data de aproximadamente 1915, e se aprofunda após a Segunda Guerra Mundial e a Guerra contra o Vietnã. É assim que podemos constatar que o desenvolvimento do gás mostarda e o agente laranja, que atuam no sistema nervoso humano, têm uma estrutura semelhante aos pesticidas usados hoje na agricultura que resultaram da Revolução Verde (BARBOSA DOMINGOS, sem data). Stephen Gliessman fala de uma "guerra humana contra pragas e doenças" (2002, p. 5) com o uso de fertilizantes e pesticidas sintéticos que surgiram após a Segunda Guerra Mundial, os quais geram dependência de seu uso à medida que as mal denominadas "pragas" se tornam cada vez mais resistentes, forçando um constante aumento no uso desses produtos químicos.

Embora a aplicação de aditivos químicos na agricultura remonte ao final do século XIX, a globalização dessas práticas ocorre na Revolução Verde, uma resposta dentro do

modo capitalista de produção para resolver o problema do lixo de guerra, aproveitar os desenvolvimentos científicos e tecnológicos e as forças produtivas criadas durante a guerra para supostamente resolver as fomes que estavam sendo instaladas em muitas áreas do planeta. A Revolução Verde traz no seu bojo os elementos fundamentais do capitalismo em expansão constante, a forma mercadoria e a exploração do trabalho: o uso em massa do pacote tecnológico, todos os tipos de agrotóxicos (pesticidas, herbicidas, desfolhantes, etc.), fertilizantes químicos, sementes híbridas, máquinas, um modelo cooperativo que dá prioridade ao controle da produção, comercialização e consumo pelos camponeses e trabalhadores urbanos sem participação democrática, e crédito bancário para pagar o pacote. Vandana Shiva explica como os agrônomos ingleses enviados à Índia para melhorar as técnicas agrícolas na colônia concluem que eles não têm nada a contribuir para sistemas agrícolas "tão perfeitos" (2017, p. 28). Shiva afirma ainda que a fome que assola a Índia no século 20 não se deve a problemas nos sistemas de produção indígenas, mas à dinâmica colonialista.

Desta forma, o processo da Revolução Verde cumpriu a tarefa de dar destino aos produtos químicos derivados das guerras, e também abriu um novo mercado, integrando na maquinaria capitalista uma massa de camponeses que até então tinham um alto nível de autonomia em suas dinâmicas de produção e reprodução. Este campesinato começou a integrar mais efetivamente um processo sócio-metabólico de comando do capital sobre o trabalho, cuja consequência para os camponeses se traduziu eram dívidas impagáveis, solos e águas contaminados e degradados, mais doenças e menos resistência física em pessoas, plantas e animais, dependência de insumos externos, perda de diversidade genética, perda de controle sobre a produção e êxodo rural (GLIESSMAN, 2002, p. 5).

Outra consequência para as comunidades camponesas é que o êxodo rural se acelerou depois de meados do século 20. Diva Burnier (2000) mostra como a população que trabalhava nas plantações de café no Brasil passou de dois milhões, cento e cinquenta mil pessoas em 1958, para apenas trezentas e dez mil, quinhentas e dezoito pessoas em 1970. Este esvaziamento do campo tem um impacto negativo no planejamento territorial, causando o surgimento de favelas, desemprego, fome, violência, a ruptura do tecido social, doenças, a individualização de problemas coletivos, a desestruturação de identidades e um impacto ambiental significativo no meio urbano e rural.

Apesar de seus impactos negativos, a Revolução Verde tem aumentado exponencialmente a produção de grãos, especialmente nos países em desenvolvimento. Nos anos 60, o mundo produziu 640 milhões de toneladas de grãos, cerca de 1,8 bilhões de toneladas em 2000, e 2,5 bilhões de toneladas em 2014, e de acordo com a FAO, este aumento na produção é devido à "expansão da área cultivada, aumento da intensidade da cultura (a frequência com que as culturas são colhidas de uma determinada área) e melhorias no rendimento" (FAO, sem data). A tendência de aumento da produção deve ser mantida até 2030, embora este crescimento tenha desacelerado nas últimas décadas, a fome persiste e a população que sofre com ela está aumentando novamente, além dos impactos negativos da agricultura convencional aumentando e se espalhando por todo o planeta.

O relatório "Segurança Alimentar e Mudança Climática" de 2012 do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, sugere, entre várias medidas, que as pessoas envolvidas na agricultura devem participar em todas as decisões, a fim de poder lidar com a produção necessária e a preservação das condições de vida. O mesmo relatório recomenda que

dada a diversidade dos entornos ambientais e sociais em que a produção de alimentos ocorre, as soluções para melhorar a sustentabilidade variarão. Nenhuma abordagem será universalmente aplicável, portanto, é necessário um conjunto de dados muito melhor e mais abrangente para ajudar a orientar a implementação das medidas mais apropriadas para o contexto específico. (HLPE, 2012, p. 13)

E embora a FAO tenha começado a falar sobre agroecologia, especialmente sob a direção do brasileiro José Graziano da Silva, as organizações multilaterais continuam alinhadas com a lógica do sistema agroalimentar que emergiu da Revolução Verde, como pode ser entendido a partir destas recomendações no documento já citado, "Perspectivas por Setores Principais" (FAO, sem data):

Se novas tecnologias se tornarem disponíveis através de pesquisas genéticas e outras atualmente em curso, isto poderá aumentar ainda mais os limites de produção e possivelmente reduzir os custos ambientais da produção agrícola. Dados os incentivos econômicos adequados, a agricultura global responderá à demanda do mercado, assim como no passado.

Em outras palavras, a resposta à fome ou às conseqüências negativas da agricultura convencional está no mercado e nas novas tecnologias, sem especificar quem é responsável

pelo desenvolvimento dessas tecnologias e suas finalidades, implicando que essa responsabilidade recai sobre centros de pesquisa longe do campesinato, uma vez que o controle do sistema agroalimentar pertence às grandes empresas transnacionais (ETN's) e suas demandas.

A insustentabilidade generalizada da agricultura resultante da Revolução Verde é evidente para Gliessman (2002, p. 7-11), que afirma que "há muitas maneiras pelas quais a agricultura convencional prejudica a produtividade futura", e a consequente produção de alimentos, especialmente através da degradação do solo, uso excessivo e perda de água, poluição ambiental, dependência de insumos externos, perda de diversidade genética, perda de controle sobre a produção agrícola pelas comunidades locais, e iniquidade global. O autor explica que "as práticas e políticas agrícolas são promovidas com base em motivações econômicas de curto prazo e não em considerações ecológicas de longo prazo" (2002, p. 11).

Esta matriz de produção impede o progresso especialmente em direção ao segundo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas, "acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição, e promover a agricultura sustentável". Como afirma Jokin Alberdi (2015, 60), bons negócios, não pessoas, é a preocupação das corporações que compõem o agronegócio:

Os principais grupos de pressão das empresas transnacionais de alimentos continuam a defender que o problema reside na escassez de alimentos, uma questão contestada por setores críticos, que denunciam que a maior parte da produção não é destinada a alimentar pessoas, mas o que as ETNs procuram é aumentar seus lucros através do aumento da produção de ração animal e combustível. Consequentemente, esses lobbies agrícolas tentam continuar a baixar o preço das matérias-primas e a autorização dos organismos geneticamente modificados (OGM) não para garantir alimentos para a população mundial, mas para continuar a fazer bons negócios (ALBERDI, 2015, p. 60).

A motivação econômica de curto prazo é característica do mercado capitalista, que tem cunhado frases como "tempo é dinheiro" ou "fazer mais com menos". Essa lógica é frontalmente contrária à agroecologia, uma ciência que "fornece o conhecimento e metodologias necessários para desenvolver uma agricultura que seja, por um lado, ambientalmente adequada e por outro lado altamente produtiva e economicamente viável" (GLIESSMAN, 2002, p. 13) e socialmente justa.



## O AGRONEGÓCIO E A VIDA DAS MULHERES

O paralelo entre a expansão geográfica e o aumento dos benefícios do agronegócio e a pobreza das mulheres nos mesmos territórios é digno de nota. Além da insustentabilidade ambiental e produtiva, o agronegócio e o sistema alimentar que ele implica são socialmente degradantes, com um impacto negativo particularmente na vida das mulheres, que têm menos espaço de trabalho nos territórios que têm sido dominados pelo agronegócio, sem deixar de ter seu trabalho reprodutivo, na maior parte das vezes não remunerado, explorado pelo patriarcado e funcional à acumulação capitalista.

As mulheres são as mais afetadas pelo sistema sociometabólico do capital que opera em conjunto com o patriarcado se apropriando do trabalho que cotidianamente reconstitui essa mercadoria especial que é a força de trabalho, como mostra Silvia Federici quando explica que "a discriminação contra as mulheres na sociedade capitalista não é um legado do mundo pré-moderno, mas uma formação do capitalismo, construído sobre as diferenças sexuais existentes e reconstruído para cumprir novas funções sociais" (2017, p. 11).

O empobrecimento das mulheres tem como corolário a fome, pois como explica Oliveira Mafort (2013), mesmo quando as mulheres - principais responsáveis pelas crianças dentro do sistema do patriarcado - têm recursos, naquelas áreas onde o agronegócio predomina, a produção de alimentos é afetada, levando à dependência de alimentos produzidos em outras regiões/países. Em outras palavras, se as mulheres têm recursos financeiros para alimentar suas famílias, elas são confrontadas com desertos alimentares, vastas regiões onde não há produtos frescos disponíveis, ou vastas regiões onde não há produtos orgânicos/saudáveis para o consumo humano.

Quanto aos espaços de trabalho para as mulheres, as empresas capitalistas do agronegócio alocam a maioria dos empregos aos homens, justificando-o como "trabalho pesado" (SOARES CAMPOS, 2019, p. 195). Do total de pessoas empregadas, entre 5% e 30% são mulheres, que se dedicam a tarefas como limpeza e preparação de alimentos. Entretanto, as mulheres declaram que, se fossem admitidas, não teriam problemas em desempenhar as mesmas tarefas que os homens, e questionam se há alguma mulher em cargos de gerência, que não envolvam trabalho manual. Entre os empregos temporários, 73% são mulheres, com contratos de menos de três meses. Os salários médios são até 40% mais baixos para as mulheres do que para os homens em trabalhos similares.

Outro fator é a dependência de uma única empresa ou setor econômico em um município ou região. A cultura patriarcal impõe que os homens tenham preferência no acesso ao trabalho remunerado, de modo que, como há poucos empregos - uma das características do agronegócio é a alta mecanização do trabalho - são as mulheres que ficam desempregadas. Além disso, se as empresas instaladas em municípios são afetadas negativamente pela instabilidade e as constantes crises do sistema capitalista, toda a região sofre com o aumento do desemprego ou com a redução dos salários.

A isso se soma a prevalência de recursos públicos sendo alocados para a construção de infraestrutura como estradas, portos, aeroportos, hidrelétricas que favorecem as ETN's do agronegócio, entre outras, enquanto há uma falta geral de serviços públicos atendendo à população em geral, tais como creches e escolas em tempo integral. Basta mencionar a Iniciativa de Integración Regional Sul-americana (IIRSA) em que participam 12 países sul-americanos que foi preconizada como um projeto de desenvolvimento e integração regional soberanos, mas que na verdade aumenta a lógica extrativista e exportadora de minérios, energia, agrocombustíveis, produtos agrícolas, aumentando também a dependência dos países latino-americanos. A IIRSA conta com vários eixos de "desenvolvimento" que consistem em uma faixa multinacional onde se constroem grandes obras para conectar regiões industriais e de extrativismo mineiro, aquífero, agrícola de norte a sul e de oriente a ocidente. Trata-se de uma reorganização das fronteiras nacionais de cada país que impulsiona um novo ciclo de veias abertas da América Latina onde os Estados nacionais, inclusive aqueles que são comandados por governos progressistas, têm um papel fundamental.

Esta "aliança latifúndio-agribusiness-state é um dos mecanismos para a perpetuação da pobreza" (SOARES CAMPOS, 2009, p. 210), que afeta principalmente as mulheres, que são deixadas desamparadas em suas tarefas de criação de filhos, impossibilitadas de ter acesso a empregos remunerados, mesmo que os tivessem.

Por alusão, a ação do Estado em favor do agronegócio é também evidente quando se verifica a situação dos povos originários, como explicam Lambertucci, Guillén Carías e Stronzake (2016, p. 1):

O dramático extermínio que os povos originários do Brasil vivem atualmente finca suas profundas raízes na invasão européia, ponto de partida da configuração do modelo exportador de monocultivos que se

perpetuou ao longo da história do país. Na atual fase histórica, a continuidade do modelo acontece através da preservação do latifúndio e a super-exploração do trabalho articuladas à incorporação de novas tecnologias nas cadeias produtivas do agronegócio. Tais fatos obedecem aos desdobramentos mais recentes, porém irracionais, da lógica de valorização do capital comandada pela fração da burguesia financeira nacional e internacional. Tal matriz econômica, promovida sob mediação do Estado brasileiro, apresenta os limites absolutos do capital que apesar de ainda oferecer as promessas das ideologias do progresso estreitamente vinculadas à eficiência da produção material, anula toda e qualquer possibilidade de avanço social, sobretudo o que diz respeito aos povos originários. Se a Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito desses povos a suas terras tradicionais e abriu um espaço para a luta pela demarcação e homologação, o cenário vem sinalizando o congelamento total desse processo pela via estatal.

Adoue (2017), ressalta que a repressão da economia brasileira e latino-americana é um investimento do agente público na expansão do agronegócio nas terras pertencentes aos povos originários, repetindo esta aliança de poderes econômicos e político-militares que gera mais pobreza.

### **AGROECOLOGIA, OUTRO SISTEMA ALIMENTAR?**

A agroecologia (GLIESSMAN, 2002) coloca o foco nos agroecossistemas e sua possível gestão, formando um paradigma agrícola que anula a separação entre a criação do conhecimento e sua aplicação prática, enfatizando o conhecimento do campesinato e os processos de compartilhamento e ao mesmo tempo gerando novos conhecimentos, com o objetivo de produzir e sustentar a espécie humana e o meio ambiente no imediato e a longo prazo.

Os métodos de produção agroecológicos são milenares. Consistem em saberes e técnicas que têm sido utilizadas pelos povos originários e camponeses ao longo da história da humanidade para produzir e se abastecer de alimentos e outros bens, sem que este processo comprometa a produção futura, ou seja, as formas de preparar o campo, semear, cuidar da plantação, colher, armazenar e preparar as sementes, alimentar os animais domesticados, cuidar de sua reprodução, manusear os resíduos, limpar as florestas, administrar a água, etc. Durante quase dez mil anos, isto foi feito dentro de ciclos naturais que permitiram a renovação da água, do ar e do solo (SHIVA, 2017, p. 27). Neste período histórico, ocorreram importantes descobertas, tais como colheitas em três campos, melhorias nas máquinas de tração animal, moinhos, pequenas centrais hidrelétricas,

enxertia, métodos específicos de controle e coexistência entre espécies, etc. (HECHT, 1998). Grupos sociais que vivem e trabalham no campo desenvolveram muitos conhecimentos e tecnologias para melhorar e aumentar a produção e a produtividade, e para aliviar as dificuldades do seu trabalho. Por necessidade, o campesinato e os povos originários têm sido pesquisadores, experimentadores, produtores, e renovadores da natureza, tudo ao mesmo tempo.

No início do século XX, as ciências agrônômicas e a ecologia, até então separadas, a primeira considerada "prática" e a segunda "teoria", começaram a se aproximar, até o final da década de 1920, quando surgiu a "ecologia das culturas", dando lugar na década seguinte ao nome de "agroecologia" para esta união acadêmica de agricultura e ecologia. Naquela época, este ramo de estudos não tinha nenhum impulso e a "agroecologia" foi esquecida, até que o conceito de ecossistema foi fortalecido nos anos 50, e o de agroecossistema nos anos 70, e finalmente nos anos 80 a agroecologia ressurgiu como disciplina, reunindo ecologistas e agrônomos (GLIESSMAN, 2002, p. 14).

Especialmente na América Latina, vários autores se dedicaram à observação e publicaram suas descobertas, criando um corpo científico em torno da agroecologia. No entanto, como sugere Thomas S. Kuhn (1971), estes estudiosos verificaram, explicaram e disseminaram conhecimentos, técnicas, desenvolvidas pelos camponeses que aplicavam a agroecologia recebida de seus antepassados. De acordo com este autor, a literatura acadêmica não melhorou as técnicas agroecológicas, mas validou o que já existia.

A agroecologia, além de alguns princípios unificadores e publicações acadêmicas, sempre foi o cotidiano de milhões de camponeses ao redor do planeta e, na segunda metade do século XX, diante da devastação das guerras e dos altos índices de fome, foi uma opção para garantir alimentos para as pessoas.

No sul do Brasil, o campesinato praticou agroecologia, estabeleceu relações comunitárias de ajuda mútua, participou do mercado com troca monetária, bem como do mercado comunitário com troca de produtos, teve produção suficiente para a família e excedente para o mercado externo, usou suas próprias sementes, organizou o manejo dos campos para evitar a formação de pragas ou ervas invasoras, não usou crédito bancário e aprenderam em um processo mútuo, uns com os outros.

Em perspectiva histórica, entende-se que a impossibilidade do capital escolher a matriz agroecológica como caminho predominante de desenvolvimento pelos Estados e

pelas grandes empresas, pois não corresponde às bases do desenvolvimento capitalista, que favorece a máxima extração de recursos naturais e depredação e a concentração de capital e conhecimento.

No século XXI, quando a insustentabilidade da agricultura industrial não pode mais ser ignorada, uma instituição como a FAO faz essa afirmação:

Parte integrante da visão comum da FAO para alimentos e agricultura sustentáveis, a agroecologia é um componente essencial na resposta global a este clima de instabilidade e oferece uma abordagem única para lidar com aumentos significativos em nossas necessidades alimentares futuras, garantindo que ninguém seja deixado para trás. (2018)

Organizações camponesas como as afiliadas a Via Campesina (LVC), reivindicam a agroecologia como forma de produzir e viver, que também integra aspectos urbanos. Para Alberdi (2015, 64), algumas das chaves de articulação do movimento camponês internacionalista é justamente enfrentar as políticas agrícolas que dão impulso a um sistema alimentar injusto, a incompatibilidade do sistema agroalimentar com a sobrevivência do campesinato, com a saúde dos trabalhadores e com a sustentabilidade ambiental, em benefício do agronegócio.

A agroecologia implica o desenvolvimento de um novo modo de produção não capitalista, com o consequente desenvolvimento de um sistema alimentar no qual os alimentos não podem ser tratados como uma mercadoria, mas como um direito, sobre o qual a maximização dos lucros por algumas grandes empresas não é permitida. Ao mesmo tempo, este novo modo de produção deve colocar a vida no centro, contestando "o mal que o capitalismo avançado produziu e que a sociedade comercial fez foi definir as relações humanas como principalmente econômicas" (THOMPSON, 2014, p. 444).

Propondo e experimentando na direção de um sistema alimentar diferente, movimentos sociais como o Movimento dos Sem Terra do Brasil (MST), membro da LVC, apostaram na criação de cooperativas de produção agrícola, como é o caso da Cooperativa de Produção Agrícola Vitória - COPAVI, em Paranacity, estado do Paraná, no sul do Brasil.

## **O TRABALHO NA COOPERAÇÃO AGRÍCOLA ATRAVÉS DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO VITÓRIA**

A Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória, a COPAVI, está localizada em um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no Paraná-Brasil, um lugar que vem se desafiando a construir uma experiência coletiva de relações sociais alicerçadas em um novo sistema alimentar, baseado na matriz tecnológica da agroecologia, bem como nos princípios políticos do movimento social do qual se originou. A cooperativa enfrenta as contradições gerais do modo de produção capitalista e as contradições internas, pois é um grupo social que, embora imbuído da cultura capitalista e patriarcal, procura no cotidiano romper com tais laços individualistas e elevar ao patamar de relações sociais emancipadoras, tendo como eixo principal a coletividade do trabalho.

O assentamento é o resultado de uma ocupação de terras organizada pelo MST, um movimento social camponês fundado em 1984 para lutar pela terra, pela reforma agrária e por uma completa transformação do sistema sócio-político-econômico do país. O movimento se reconhece como herdeiro das lutas camponesas e sociais que ocorreram no passado, assim como sua identificação com as lutas camponesas em todo o mundo. Seus métodos para alcançar os objetivos são ocupações de terrenos, marchas, organização de acampamentos, ocupação de edifícios governamentais, doações de alimentos, etc. Desde sua criação, o MST tem sofrido todo tipo de ataques de latifundiários, instituições ou governos ligados a eles, que buscavam o fim do Movimento Popular dos Sem Terra. Exemplos desses ataques são a perseguição política, prisão, assassinato, tortura, destruição de meios de subsistência e cooptação. Para permanecer vivo e ativo, o Movimento MST construiu princípios organizacionais em 1987, que estão vigentes até hoje, citamos por exemplo, a formação política, pesquisa de maneira sistemática, liderança coletiva, o elo indissolúvel entre líderes e a base, autonomia enquanto organização popular, produção de alimentos saudáveis e acessíveis para os trabalhos urbanos e a promoção da cooperação agrícola.

A Cooperativa Vitória iniciou seus trabalhos coletivos em 19 de julho de 1993, cinco meses após a ocupação da Fazenda Santa Maria - de propriedade do Estado brasileiro - no município de Paranacity, no noroeste do Paraná, ou seja, primeiro a força da organização popular para a retomada das terras, e como parte da resistência as famílias decidiram organizar-se em forma de cooperação agrícola, e portanto, nasce a cooperativa, que na prática e no estilo organizativo se fundem numa única perspectiva - trabalhar a terra de forma comunitária todo o assentamento.

Na prática e nos valores das famílias que ali moram, o assentamento Santa Maria e Cooperativa Vitória são as mesmas faces do mesmo processo de luta, produção de alimentos e organização popular. Pois todas as pessoas do assentamento são membros da cooperativa, assim como todas as terras e bens do assentamento são administrados de forma coletiva e horizontal na cooperativa. É uma área de 220 hectares, de solo pouco fértil e arenito Caiuá, dilapidada por anos de cultivo intensivo de cana de açúcar. Até a ocupação da fazenda, a terra foi explorada por dez anos pelo engenho de açúcar, Usina Santa Terezinha.

As vinte e cinco famílias que participaram da ocupação já haviam definido com antecedência o projeto coletivo que iriam construir ali, concebido desde as barracas de lonas pretas dos acampamentos onde estavam antes da ocupação da Fazenda Santa Maria. Vinte dessas famílias eram membros do MST desde os finais dos anos 80 e já haviam participado de ocupações de terras e protestos organizados no Movimento; outras cinco eram famílias trabalhadoras muito empobrecidas, com raízes camponesas e vivendo em cidades da região. Depois de diálogos com a militância do MST no que eles chamam de trabalho de base, e após participarem de reuniões e encontros ao longo de dois anos, estas cinco famílias aderiram aos princípios de cooperação agrícola que as outras vinte já haviam começado a construir no imaginário coletivo, e foram juntando as famílias, atualmente 25 famílias fazem parte da Cooperativa Vitória, num total de 85 pessoas, desse total são 45 mulheres.

Vale ressaltar que as 25 famílias da Cooperativa Vitória, no decorrer desses 28 anos de lutas, conquistas e resistências, desenvolveram um processo coletivo e comunitário para a resolução dos problemas internos, de modo que ali, dentro do assentamento, as famílias são desafiadas a elaborar soluções que tem por finalidade o bem comum de toda a coletividade. O alicerce para a tomada de decisões são os Núcleos de Base (NB), existindo na cooperativa dois NBs<sup>3</sup>: Roseli Nunes e Salete Strozake; ali são debatidas as relações

---

<sup>3</sup> Ainda sobre os Núcleos de Base, de acordo com o Capítulo V do Regimento Interno, em seu artigo 18, estas são funções do Núcleo de Base:

"a) Fazer propostas para o bom funcionamento da COPAVI; b) Discutir as questões políticas da COPAVI e do MST; c) Discutir as orientações solicitadas pelo Conselho Deliberativo ou Montagem; (d) Apreciar e discutir a responsabilidade antes de ser aprovada; e) Eleger ou reeleger mensalmente o coordenador e o coordenador; f) Os núcleos devem se reunir pelo menos duas vezes por mês". Importante explicar outra função do Núcleo de base; quando o assentamento/cooperação recebe propostas de pessoas, grupos ou organizações interessadas em conhecer sua experiência, é nos Núcleos de Base (NBs) que é tomada a decisão

sociais, as falhas de convivência, os problemas no trabalho, as análises de conjunturas, estudos sobre o funcionamento da cooperativa e da sociedade, o cumprimento das decisões tomadas em assembleias gerais e nos setores de trabalho, ou seja, o núcleo de base é coração do trabalho coletivo, da educação e da formação de crianças e adultos, os cuidados das pessoas, etc. As preocupações mais cadentes nascem e se resolvem no NB.

O trabalho coletivo como princípio na cooperação se apresenta como a exigência a cada pessoa conforme suas necessidades e habilidades. Uma prioridade é a produção de alimentos para a subsistência – tomemos em consideração que muitas famílias membros da COPAVI tiveram amargas experiências com a fome, pelo que, a ordem coletiva na conquista da terra era que ninguém passaria fome – e a segunda prioridade foi produzir a baixo custo para atender as necessidades das famílias de trabalhadores urbanos de Paranacity e região.

A dia de hoje existem os seguintes em setores de trabalho produtivo: Agroindústria com produção de mosto de açúcar, melão e cachaça; pomar e horta; criação de animais, tendo as vacas leiteiras na produção de leite e seus derivados (queijo, nata, iogurte), galinhas poedeiras, e animais para a produção de carnes bovinas, porcos e frangos. Também tem a parte dos serviços gerais e apoio, com o trabalho na área administrativa, contábil, comercialização, refeitório comunitário que serve de segunda a sexta-feira o café da manhã e almoço, e padaria que produz uma variedade de pães, biscoitos e quitutes.

Esses setores produtivos e administrativos, tem também o seu jeito popular de se organizar, fazem as reuniões semanais dos setores, para avaliação das metas de produção, da convivência dentro do trabalho, se busca preservar a gestão coletiva do trabalho, além da distribuição dos trabalhos, das reuniões de planejamento e avaliação, tem também a coordenação dos setores que tem sua própria dinâmica de integrar os trabalhos e atender de maneira satisfatória a busca permanente pela soberania alimentar no território da cooperativa.

A renda produzida é distribuída pelas horas trabalhadas, o valor da hora é diferente de acordo com o trabalho: é determinado pelo grau de dificuldade, o risco à saúde, insalubridade, dificuldades e conhecimentos necessários para cada tarefa. A renda média

---

de aceitar a visita e a logística para que ela ocorra, tais como a distribuição dos visitantes para permanecer nas casas das famílias.

---



mensal da família é três vezes maior do que o salário mínimo. Cada pessoa trabalha, em média, 180 horas por mês. A partir dos dezesseis anos, todos devem trabalhar, respeitando o tempo dedicado aos estudos para a capacitação e elevação do nível de consciência individual e coletiva.

Como parte do processo organizativo interno, o assentamento tem um coletivo de Formação e Sociabilidade, com a responsabilidade de fomentar relações sociais saudáveis e promover a educação política, oferecendo também apoio ao *Grupo de Jovens 19 de Janeiro*. Para completar o sistema de organização coletiva e estar em permanente preocupação com todos os sujeitos sociais dentro do coletivo geral, há o coletivo das mulheres, a Associação de Mulheres Agricultoras Salete Strozake (AMAR).

A cooperativa encoraja todos os seus membros a estudar. Especificamente, permite uma redução na jornada de trabalho dos estudantes, ou a organização do horário de trabalho para não interferir no horário de estudo. O MST organiza cursos de graduação e pós-graduação em regime de alternância, justamente para possibilitar a frequência dos jovens assentados e acampados nestes cursos, e a COPAVI garante uma renda básica aos membros da cooperativa que participam desses cursos enquanto a pessoa está no "Horário Escolar", tais deliberações constam nos documentos oficiais internos, como Estatuto e Regimento Interno, que são resultados de várias sessões de debates coletivos.

O sociólogo Silvio Caccia Bava explica que experiências organizacionais como a COPAVI expressam

um conjunto de conhecimentos, habilidades, princípios, adquiridos ao longo do tempo, que dão "significado" e "identidade" a um conjunto de práticas que geram dinâmicas de articulação econômica, organizacional e política. Experiências com um repertório enriquecido de práticas técnico-produtivas e de organização econômica e social que se destinam a criar novos territórios e estilos de vida. (CACCIA BAVA, 2012, p. 184)

Esta experiência de cooperação agrícola afirma a importância das articulações políticas e econômicas para além do âmbito local e regional, as conexões do particular com o geral da sociedade em nível nacional e internacional; essa conexão ocorre pela inserção da COPAVI no MST e, por consequência, na Via Campesina. Essa interligação é um dos critérios que propicia às experiências de cooperativas singulares sua durabilidade e firmeza

de princípios políticos, com uma atuação coerente com as lutas revolucionaras que originaram essas experiencias, como no caso em foco.

Para COPAVI, a instância conectora a um horizonte mais amplo é o MST, no campo político, e a Confederação de Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (CONCRAB) em nível produtivo-organizativo. CONCRAB em sua primeira publicação, afirma que

A realidade nos pressiona a assumir uma nova concepção de desenvolvimento rural onde seja possível incluir a preservação do meio ambiente e que garanta, de fato, a fixação ou sobrevivência dos trabalhadores rurais no campo, sem estar a serviço, direta ou indiretamente, de um "patrão". (CONCRAB, 1993, p. 08).

A Confederação nasceu da necessidade de articular as várias cooperativas do MST em nível nacional, a própria experiência do Movimento indicou que o isolamento era um ponto fraco que poderia levar ao desaparecimento dessas iniciativas. Até 2015, a Confederação estava somando cerca de 12.000 famílias em 100 cooperativas únicas, articulando cerca de 70.000 famílias nas mais variadas maneiras.

O cooperativismo nascido no MST é coletivo, portanto, é diferente do cooperativismo tradicional, este último reunindo empresários rurais em um arranjo desigual e que visa o lucro, e que no Brasil tem servido para disseminar o pacote tecnológico da Revolução Verde. A CONCRAB, por outro lado, representa um cooperativismo permanente profundamente ligado aos movimentos sociais organizados, onde as cooperativas fazem parte de um processo de transformação social em todas as esferas da vida.

A COPAVI está associada à CONCRAB, e está inserida no MST, essas articulações políticas e organizativas somam na busca permanente de construir a soberania alimentar, e para isso uma produção agrícola diversificada, planejada com vistas à maior autonomia possível das famílias assentadas do mercado.

A Cooperativa Vitória interpreta e assume a concepção de soberania alimentar elaborado pela Via Campesina na Declaração Nyeleni em 2007;

o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente apropriados, acessíveis, sustentáveis e ecologicamente produzidos, e seu direito de decidir sobre seus próprios alimentos e sistema de produção Isto coloca aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos

sistemas e políticas alimentares, acima das exigências dos mercados e corporações (LVC, 2007).

A Declaração afirma a necessidade de mudar as formas de controle da produção, das sementes, da terra, as formas de fazer negócios, e oferece uma estratégia para dismantelar o sistema agroalimentar desenvolvido pelas empresas transnacionais do agronegócio, em contraposição vem a promoção de outro modelo produtivo, comercial, científico e social levado em frente pelas famílias de Sem Terra organizados pelo MST.

### **AS MULHERES DA COOPERATIVA VITÓRIA**

A prática da COPAVI articula trabalho manual e intelectual, teoria e prática, produção e socialização de bens. Ela distribui de acordo com a capacidade produtiva de cada pessoa, mas também de acordo com a necessidade de cada família e pessoa, como vimos acima. Há as formas de remuneração econômica para as pessoas que têm problemas ou dificuldades de saúde, incluindo ajuda nas tarefas domésticas quando necessário; o período de licença maternidade excede em dois meses a licença compulsória de acordo com a legislação vigente no Brasil, o tempo para a maternidade é maior e conforme as condições de saúde da mãe e da criança.

As mulheres que viveram nos primeiros anos da cooperativa relatam que todos os meses, todas as mulheres tinham direito a três dias de folga para seu período menstrual, pois a maior parte do trabalho era feita sob o sol forte e envolvia tarefas pesadas, como o corte da cana de açúcar na antiga fazenda que a Usina Santa Terezinha usufruía.

Desde os primeiros momentos na terra conquistada, as famílias - especialmente as mulheres - exerceram um nível comum de solidariedade nos espaços do MST, por exemplo: ajuda mútua para o trabalho doméstico; sempre que uma mulher estava doente, tinha um filho ou por alguma razão não podia cuidar do trabalho como lavar roupas ou arrumar sua barraca de lona preta e mais depois a sua nova casa construída em forma de mutirão, as outras mulheres organizaram uma escala para fazer para este tipo de trabalho voluntário. Nos últimos oito anos, levantou-se a questão de por que somente as mulheres estavam envolvidas neste trabalho de solidariedade, e pouco a pouco os homens começaram a ser incluídos na escala de assistência ao trabalho doméstico ou ao cuidado das crianças. Entretanto, mulheres e homens reconhecem que ainda é sobre os ombros das mulheres que recai o trabalho não remunerado feito dentro de casa. É por isso que as

mulheres do MST, também em COPAVI, adotaram a palavra de ordem "sem feminismo não há agroecologia", por entender que a mudança da matriz produtiva, passa também pela mudança do modo de produção capitalista.

Para caminhar em direção à igualdade de gênero, COPAVI incentiva a participação de mulheres e jovens em todos os espaços de decisão, com a remuneração daqueles que cuidam das meninas e meninos enquanto as mães estão trabalhando nos setores, estudando ou em atividades políticas do MST, e remunerando as mulheres que estão em atividades políticas ou de treinamento dentro e fora da cooperativa.

O grupo de mulheres da associação Amar se reúne uma vez por mês, dedicando tempo para o estudo, à discussão e a atividades recreativas. Através de sua associação organizam a participação nas atividades do Setor de Gênero do MST e nas atividades da Via Campesina. A associação foi fundada em janeiro de 2005, para dar vida jurídica às ações que as mulheres já estavam desenvolvendo como um coletivo, para administrar fundos para pequenos projetos sociais e produtivos e para contribuir mais efetivamente para a COPAVI e o MST. Uma das entrevistadas, ex-presidente da cooperativa, explica que, desde a ocupação da fazenda, as mulheres atuaram como um coletivo, ajudando umas às outras e promovendo valores construídos no MST, como solidariedade, beleza, aprendizado constante e participação; a formação da associação deu um impulso ao coletivo, permitindo o acesso a pequenos fundos financeiros, com os quais construíram o primeiro galinheiro coletivo no assentamento.

Desde a fundação em 1993, a COPAVI colocou em funcionamento o refeitório coletivo, que reduz custos com a alimentação, contribui com o consumo de alimentos saudáveis e facilita a participação das mulheres em outras atividades ao liberar tempo de preparo de refeições. O fato de tomar café da manhã e almoçar coletivamente durante a semana se constitui em um ato de sociabilidade, contribui para fortalecer os laços de afeto e solidariedade e colabora para romper com a cultura da *junk food* imposta à classe trabalhadora (SCHLOSSER, 2001). Através de ações e estudos se espera um aumento da consciência sobre os benefícios de priorizar os alimentos produzidos internamente, na horta, no pomar, na lavoura e diminuir o consumo de alimentos processados.

A Cooperativa Vitória para obter o *selo produção ecológica* fornecida pela Rede Ecovida<sup>4</sup> está condicionada a certas práticas em termos de coexistência respeitosa entre a diversidade das pessoas e o meio ambiente, ou seja, não é apenas se preocupar e produzir bons alimentos agroecológicos, mas é produzir novas relações sociais emancipadoras e humanitárias. Em seu Manual de Procedimentos e Regulamentos Internos, é dedicado a esclarecer as formas de violência que resultam em expulsão imediata da associação e perda da certificação/selo agroecológico, do tipo, expressões de intolerância ou falta de respeito são classificadas em termos de etnia, idade e orientação sexual, mas a maior parte do texto tenta combater as muitas formas de violência contra as mulheres, que não são toleradas internamente e havendo sinais de violência contra alguma mulher, é levado aos núcleos de base e a assembleia geral para tomar as devidas medidas preventivas e educativas em primeiro lugar.

### **ALGUNS DESAFIOS DA COPAVI NESTE CONTEXTO**

A matriz produtiva que rege os planos de produção da Cooperativa Vitória é a agroecologia, em diálogos durante as pesquisas de campo com as famílias assentadas revelam as dificuldades em garantir a produção orgânica, mesmo que já tenham atingido quase 100% em todos os produtos agrícolas. Vejamos algumas das dificuldades encontradas; (a) a produção ao redor do assentamento, que ao utilizar agroquímicos pode contaminar a produção da Cooperativa Vitória; (b) acesso a insumos ecológicos, tais como alguns produtos necessários para alimentação e medicina dos animais, ou para produzir biofertilizantes, nos referimos a homeopatia animal e fabricação de caldos e adubos; (c) exigências de certificação, existem certos mercados que não aceitam a certificação participativa emitida pela *Rede Ecovida*.

---

<sup>4</sup> Fundada em 1998, a Rede Ecovida de Agroecologia está presente em 352 municípios do sul do Brasil, somando hoje quase cinco mil famílias camponesas, em 340 grupos, e 20 organizações não governamentais. O sistema de certificação mais utilizado, previsto na Lei 10831/03, é o Sistema de Garantia Participativa (SGP), no qual a credibilidade do produto é atestada pela declaração da família produtora, pelo grupo do qual a família é membro através de sua Comissão de Ética e, finalmente, por uma comissão do Centro Regional do qual o grupo de famílias é membro. A fim de garantir o fornecimento de insumos orgânicos e fertilizantes, aumentou a produção local principalmente através de treinamento para seus parceiros e aumentou o intercâmbio com outros produtores orgânicos. A certificação de seus produtos como orgânicos foi resolvida com o fortalecimento da Rede Ecovida e com o acesso, através do MST/Via Campesina, à Associação de Certificação Instituto Biodinâmico, que permite o acesso ao mercado internacional de produtos orgânicos.

Além das dificuldades técnicas elencadas, o assentamento já foi vítima de roubo de gado, suínos, algumas máquinas e alimentos. Isto é crime comum, roubo por necessidade ou para ganho financeiro numa região onde predomina a cana de açúcar do agronegócio, onde as famílias da região vivem empobrecidas pelo modelo de concentração de terras.

Entretanto, desde novembro de 2018, a Cooperativa Vitória tem sido atacada por outros tipos de agressores, o que se pode denominar de *crime político*, uma vez que não implica benefícios econômicos para aqueles que a praticam, mas seu resultado são perdas econômicas para a cooperativa e perdas morais para o assentamento. Tais ataques começaram duas semanas antes das eleições presidenciais de Jair Bolsonaro, e aumentaram após a publicação dos resultados das eleições. Após as eleições e a tomada de posse do novo presidente em 1º de janeiro de 2019, as lavouras e bosques foram submetidos a incêndios, destruição de máquinas agrícolas e morte de animais por quase quarenta dias, sendo que aproximadamente 12 hectares de cana de açúcar orgânica, duas vacas leiteiras, um trator e uma máquina de ensilagem e quase um terço da produção do pomar foram perdidos por incêndios criminosos com finalidade política.

Ao mesmo tempo, os governos federal e estadual cortaram entre 70% e 90% dos programas sociais para incentivos à pequena agricultura e cooperativa que incentivam a agroecologia. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), através do qual o governo federal garantiu a compra de alimentos para famílias camponesas e destinou esses produtos a bancos de alimentos, escolas públicas, creches, asilos e hospitais públicos, foi cortado em 75%; a assistência técnica para famílias assentadas foi reduzida em 86%; os recursos para construção de moradias populares nos assentamentos foram extintos; o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), de 2016 a 2019, teve um corte de 90% do orçamento. A COPAVI tem sido particularmente afetada pela redução ou extinção do orçamento público para compra de alimentos ou construção de moradias. No final de 2019, a cooperativa acumulou 30 toneladas de açúcar orgânico de mascote, que anteriormente era destinado a escolas e pequenas cooperativas urbanas dedicadas à produção de balas orgânicas, apoiadas pelo orçamento público.

Atualmente, está sendo desenvolvida uma abordagem de mercado baseada em uma relação direta entre quem produz o alimento e a relação política, envolvendo o trabalhador urbano que consome, essa é a proposta social da Cooperativa Vitória, uma relação na qual não só produtos e moedas são trocados, mas também outras dimensões da

vida humana são integradas, e a dimensão financeira não se baseia na busca da taxa lucro. Esta proposta de relacionamento político-comercial é inspirada em centenas de experiências similares, no Brasil e no mundo, como por exemplo nos grupos "agricultura apoiada pela comunidade", em tradução livre para Agricultura Apoiada pela Comunidade - CSA (CASTELO BRANCO, LIZ, ALCÂNTARA, MARTINS e HANSON, 2011).

## CONCLUSÃO

O modo capitalista de produção, o terreno do atual sistema agroalimentar, é incompatível com os ideários de cuidados e proteção sócio-ambiental. Os investimentos na matriz tecnológica do agronegócio, seja direto ou através de subsídios ou incentivos fiscais, é contraditório com qualquer Meta de Desenvolvimento Sustentável, pois através do agronegócio não podemos reduzir a pobreza ou acabar com a fome, nem podemos esperar avanços na igualdade de gênero.

A prática agroecológica não pode ser desconectada de dimensões como a igualdade de gênero ou a divisão justa da produção social, como vemos na experiência da COPAVI. Novas relações de gênero, igualdade na diversidade, são valores acompanhados pela diversidade de alimentos que colocamos em nossa mesa, nas casas, nos campos, nas cidades, enfim em todos os lugares. Portanto, alimentação saudável são relações sociais emancipadoras.

Apesar da crise generalizada do capital e se aprofunda com a pandemia da Covid 19, aqui nos referimos da crise alimentar sob um sistema agroalimentar que não visa alimentar as pessoas, a matriz produtiva do agronegócio não é questionada por grandes setores da população, que são iludidos a aceitar comida industrializadas, produzidas com agrotóxicos agressivos ao ser humano e ao meio ambiente.

A COPAVI, como vimos, enfrenta problemas na vida diária como o acesso ao mercado, promovendo e mantendo a produção ecológica, evitando a violência direta, recupera de maneira coletiva meios de produção perdidos, organizando a formação política das pessoas que compõem a comunidade, com o desafio constante de construir outro sistema alimentar baseado em um novo modo de produção não capitalista.

No momento, com a propriedade dos meios de produção e com relativo controle sobre o planejamento produtivo e social, quando confrontada com uma estrutura sócio-político-econômica hegemônica pelo agronegócio, o qual controla o Estado em aliança

com meios de comunicação de massa, a COPAVI sofre derrotas imediatas. Ela perde ativos, é assolada pelo medo e os passos em direção a objetivos menos tangíveis são lentos. Mesmo assim, consegue produzir alimentos saudáveis e promover a distribuição desses alimentos, pelo menos para a região.

É importante o debate sobre os limites das políticas públicas, pois por si só não logram alterar as estruturas do Estado e da sociedade. Essa mudança estrutural requer um movimento convergente de uma série de forças sociais, entre elas, aquelas forças relacionadas ao sistema alimentar.

Um novo sistema alimentar passa pela superação do alimento na forma mercadoria, uma transformação de sua natureza. É interessante observar como a Cooperativa Vitória exercita a solidariedade com outras categorias de trabalhadoras do campo ou da cidade, e consegue fomentar as relações sociais mais humanitárias dentro da própria comunidade, e isso só é possível por tratar o alimento produzido como um bem comum.

O modo como a COPAVI vive sua democracia, o investimento na formação técnica e política, o desenvolvimento de espaços participativos além da produção econômica, as relações que estabelece com o meio ambiente e as redes que constrói, nos permite inferir que o principal antagonismo não é entre a vida rural e a vida urbana, mas entre dois modelos de produção, duas matrizes produtivas, mutuamente exclusivas, uma - o agronegócio e seu sistema agroalimentar - que se beneficia da crise do capital e se alimenta da fome mundial, e a outra - a agroecologia - um sistema alimentar oposto ao modo como o agronegócio funciona, apostando na soberania alimentar como ponto de partida para alcançar efetivamente o desenvolvimento sustentável, onde o ser humano e o meio ambiente estão no centro da vida e do futuro da humanidade.

## REFERÊNCIAS

ADOUE, S. B. Los pueblos de los bosques y el desarrollo. Las retomadas indígenas en Brasil. In: FÉLIZ, M.; PINASSI, M. (Comp.): **La farsa neodesarrollista y las alternativas populares en América Latina y el Caribe**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Herramienta, 2017. pp. 171 – 181.

ALBERDI BIDAGUREN, J. La solidaridad Europea del Post-2015 a debate: ¿Es posible una agenda alternativa a las políticas de desarrollo y cooperación internacional de la Unión Europea? In: ALBERDI BIDAGUREN, J.; SAN JOSE RUIZ DE AGUIRRE, L.; RETOLAZA, J. L.; GIL BLASCO, M.; ARTETA ARILLA, M. X. **Más allá del 2015: la UE ante los nuevos ODM**, Eurobask, Abendua, 2015. pp. 12 – 27.



ALTIERI, M. A. **Agroecologia**. Bases científicas de agricultura alternativa. Chile: CETAL, 1985.

BARBOSA DOMINGOS, J. Armas Químicas. *In: Revista Eletrônica do Departamento de Química*. Departamento de Química Orgânica, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Ano 4. (sin fecha). Disponível em: <[http://www.qmc.ufsc.br/qmcweb/artigos/colaboracoes/armas\\_quimicas.html](http://www.qmc.ufsc.br/qmcweb/artigos/colaboracoes/armas_quimicas.html)>. Acesso em: 20 de março 2020.

BURNIER, D. M. D. F. **Agricultura Brasileira: A Produção de Alimentos**. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências, Departamento de Geografia, (Orientador: Ariovaldo Umbelino de Oliveira). São Paulo: USP, 2000.

CACCIA BAVA, S. Circuitos curtos de produção e consumo. *In: BARTELT, D. D. (Org.). Um campeão visto de perto*. Uma Análise do Modelo de Desenvolvimento Brasileiro. São Paulo: Fundação Heinrich Boll, 2012.

CASTELO BRANCO M.; LIZ R.S.; ALCÂNTARA F.A.; MARTINS H.A.G.; HANSON J. C. Agricultura apoiada pela comunidade: poderia a experiência dos agricultores americanos ser útil para os agricultores urbanos brasileiros? *In: Horticultura Brasileira*, n. 29, 2011. pp. 43-49.

CONCRAB, Confederação das Cooperativas do Brasil. Uma Concepção de Desenvolvimento Rural. *In: Caderno de Cooperação Agrícola*. Caderno nº 01, textos de Paulo Cerioli, São Paulo: CONCRAB, 1993.

FEDERICI, S. **O Calibã e a bruxa: Mulheres, corpos e acumulação primitiva**. São Paulo: Ed. Elefante, 2017.

GLIESSMAN, S. R. **Agroecología: procesos ecológicos en agricultura Sostenible**. Turrialba, C.R: CATIE, 2017.

HECHT, S. **Evolución del pensamiento agroecológico**. CLADES. Programa de Educación a distancia Centro de Investigación y Desarrollo. Perú: CIED. 1998.

HLPE. **La seguridad alimentaria y el cambio climático**. Un informe del Grupo de alto nivel de expertos en seguridad alimentaria y nutrición del Comité de Seguridad Alimentaria Mundial. Roma, 2012.

LAMBERTUCCI, F.; GUILLÉN CARÍAS, M. G.; STRONZAKE, J. **Entre a resistência e o extermínio: a luta dos Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul pela demarcação das terras**. *In: Seminário Internacional Etnologia Guarani: diálogos e contribuições*. 1, 2016. Dourados Anais Eletrônicos. Dourados. Faculdade Intercultural Indígena/UFGD, 2016. Disponível em <<https://ocs.ufgd.edu.br/index.php?conference=etnologiguarani&schedConf=Ietnologiaguarani&page=schedConf&op=presentations>> Acesso em: 12 de dezembro de 2020.

LA VIA CAMPESINA. **Declaración de Nyeleni.** Disponível em: <https://nyeleni.org/IMG/pdf/DeclNyeleni-es.pdf>. 2007.

MST. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. **Princípios Organizativos.** Documento interno. 1987.

OLIVEIRA MAFORT, K. C. **A hegemonia do agronegócio e o sentido da Reforma Agrária para as mulheres da Via Campesina,** Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP, Faculdade de Ciências e Letras/Campus Araraquara, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **La seguridad alimentaria y el cambio climático.** 2012. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/a-me421s.pdf> > Acesso em: 05 de janeiro de 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Los 10 Elementos de la Agroecología – Guía para la transición hacia sistemas alimentarios y agrícolas sostenibles.** 2018. Disponível em: <<http://www.fao.org/3/i9037es/i9037es.pdf> > Acesso em: 30 de dezembro de 2019

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. **Perspectivas por sectores principales.** Disponível em; <<http://www.fao.org/3/y3557s/y3557s08.htm> > Acesso em: 10 de janeiro 2020.

ORTIZ DE ZARATE, Gonzalo Fernández. Alternativas al poder corporativo. Barcelona: Icaria Antrazyt. 2016

PARANACITY, Associação de Mulheres Salete Stronzake. **Ata de Fundação.** Paraná, 2005

PARANACITY, Associação de Mulheres Salete Stronzake. **Estatuto Social.** Paraná, 2005.

PARANACITY, Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória. **Estatuto Social.** Paraná, 1993.

PARANACITY, Cooperativa de Produção Agropecuária Vitória. **Regimento Interno.** Paraná, 1993.

PLOEG, J. D. V. D. **Nuevos campesinos – campesinos e imperios alimentarios,** Trad. Irene Bloemen y Victor Claudin, Barcelona: Icaria, 2010,

SCHLOSSER, Eric. **País Fast Food,** Tradução Beth Vieira, São Paulo: Editora Ática. 2001.

STRUNZAK, Janaina. Lucha de clases en el campo, perspectivas en un mundo globalizado. **Congreso El futuro de la alimentación y retos de la agricultura para el siglo XXI.** 24 a 26 de abril, Vitoria-Gasteiz, País Basco. 2017.

THOMPSON, E. P. **Uma entrevista com E. P. Thompson,** concedida a Michael Merrill. *In:* Revista História & Perspectivas, Número Especial, Jan-Jun, 2014, Uberlândia, MG. 1976.

REDE ECOVIDA – **Manual de Procedimentos e Regimento Interno**. Disponível em: [www.http://ecovida.org.br/](http://ecovida.org.br/). Acesso em 03 de fevereiro de 2020.

Submetido em março de 2021

Aceito em julho de 2022